#### Lutas territoriais na rede:

Pensar e fazer narrativas ambientais contra-hegemônicas nas mídias sociais<sup>1</sup>

## **Territorial struggles on the net:**

To think and to make counter-hegemonic environmental narratives in social media

Flora Pereira da Silva<sup>2</sup> (<u>flora.pereira23@gmail.com</u>)

Resumo: Apesar das contradições da revolução das tecnologias de comunicação e do uso das redes sociais, percebe-se a tomada das plataformas por populações historicamente silenciadas. Este artigo se propõe analisar como MIQCB, Conaq e Mídia Índia, três organizações que lutam pelos direitos territoriais no Brasil, têm usado os digitais para subverter discursos dominantes e criar meios contra-hegemônicas àquelas impostas pela Modernidade e pelas continuações do colonialismo, sobretudo no que tange a pauta ambiental e climática. Discute-se o conteúdo criado por tais organizações como uma potencial biblioteca pós-abissal, que além de reposicionar seus modos de representar o mundo diante de apagamentos históricos, podem guiar a sociedade brasileira para uma descolonização cognitiva e representativa da crise ecológica.

**Palavras-chave**: lutas territoriais, redes sociais, narrativas contra-hegemônicas, crise climática, descolonização cognitiva

**Abstract:** Despite the contradictions of communication technologies and social media revolution, there is a considerable increase of its platforms by historically silenced and repressed populations. This article aims to analyze how MIQCB, Conaq and Mídia India, three organizations that fight for territorial rights in Brazil, have used digital media to subvert dominant discourses and create counter-hegemonic narratives to those imposed by Modernity and by the continuation of colonialism, especially in the environmental and climate agenda. The content created by such organizations is

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> O uso e reprodução das imagens neste ensaio estão autorizados e são de responsabilidade exclusiva da autora.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, na Universidade de Coimbra, Mestre pela UNB em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Foi diretora-fundadora do Afreak e hoje é Diretora de Educação e Mobilização no Pulitzer Center, responsável por liderar programas de clima e florestas na América Latina, África e Ásia.

discussed as a potential post-abyssal library, which, in addition to strengthening their ways of representing the world, can guide Brazilian society towards a cognitive and representative decolonization of the ecological crisis.

**Keywords:** territorial struggles, social media, counter-hegemonic narratives, climate crisis, cognitive decolonization

## Introdução

Com a revolução das tecnologias de comunicação e o vertical aumento de uso e acesso das redes sociais, vemos uma acelerada transformação da mídia, assim como do poder de criar narrativas. Se, de um lado, algumas estruturas de dominação e redes de poder se mantém, e até aumentam, pelo uso disparado das ferramentas de mercado que as plataformas digitais oferecem, do outro, vemos movimentos de populações silenciadas tomar a palavra, usando as redes para subverter discursos dominantes e criar narrativas contra-hegemônicas, criando conteúdos que fortalecem seus modos de representar o mundo.

Este artigo analisa a produção de mídia de três organizações de luta territorial no Brasil que têm usado suas redes sociais digitais como espaço de criação e difusão de suas visões, como espaço de denúncia e, também, como espaço ativista para advocacia de suas lutas: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Mídia Índia. O objetivo é entender, em primeiro lugar, quais são as estratégias para se estabelecer, a partir do uso das mídias digitais, contra-narrativas àquelas impostas pela Modernidade e pelo colonialismo. A segunda parte deste artigo tem como guia a questão ambiental e climática que vivemos, procurando investigar qual o papel que os discursos e narrativas produzidos e disseminados nas redes por essas organizações têm nos processos de descolonização cognitiva e representativa da crise ecológica.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) é uma organização de sociedade civil de mulheres quebradeiras dos estados brasileiros de Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, que atuam e vivem na região amazônica e nas áreas de transição, nas regiões de florestas de babaçu. Coordenado por trabalhadoras rurais

extrativistas,<sup>3</sup> apoia 400 mil mulheres que vivem da colheita do babaçu, em 271 municípios.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, CONAQ, é uma organização brasileira que representa as comunidades quilombolas do Brasil e lutam pela garantia de uso coletivo do território e dos seus bens naturais, pela implementação de políticas públicas ambientais e telúricas sustentáveis, que considerem a organização social e cultural dos quilombos. Também atuam pelo acesso à educação de qualidade e pelo protagonismo da e autonomia das mulheres quilombolas (Conaq, 2022).

A Mídia Índia se autodenomina "Voz dos Povos Indígenas", <sup>4</sup> e publica e promove a comunicação feita por indígenas e para indígenas, visando mostrar a vida das populações originárias brasileiras, de maneira diferente da forma negativa e preconceituosa normalmente veiculada por grandes mídias. As três organizações utilizam ferramentas e plataformas como Instagram, Youtube, Facebook, Twitter e Spotify. O MIQCB conta com aproximadamente 5 mil seguidores somando todas suas redes. A CONAQ, aproximadamente 25 mil, e a Mídia índia, aproximadamente 200 mil seguidores.

Quatro pontos de partida são importantes para o recorte aqui escolhido. Primordialmente, parte-se da procura por uma metodologia anti-extractivista ou pós-extractivista (Santos, 2019), de modo que ao invés de situar os movimentos escolhidos como objetos de estudo, propomos olhar para suas narrativas como as guias para um processo de descolonização cognitiva, orientando a academia para uma melhor compreensão dos temas ambientais, aprendermos com eles e aceitarmos que suas produções de conteúdo fora do meio acadêmico são importantes produções de conhecimento, por meio de uma lógica pós-abissal do conhecer *com* e não conhecer *sobre*. O segundo ponto de partida é o entendimento de que estamos a frente do cruzamento de dois tópicos de "quadros temporais ou ritmos totalmente incompatíveis com a temporalidade do Estado nacional" (Santos, 2003: 16) e que por isso merecem atenção especial: o tempo instante de produção, disseminação e articulação (de conhecimentos, de criação de discursos e narrativas, de engajamento social) do espaço

.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> No Brasil, os chamados povos e comunidades extrativistas são trabalhadores rurais alinhados com o sistema ecológico aos seus arredores, que vivem da extração e a coleta de produtos naturais enquanto atividade de subsistência, com baixo impacto ambiental.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Consultado a 12.07.2022, em https://www.instagram.com/midiaindiaoficial/

digital, de um lado, e, de outro, do tempo da degradação ecológica, agora acentuada à escala planetária com as fraturas cada vez mais profundas da crise climática.

O terceiro é sobre presenças e ausências científicas. Ijuim *et al* (2021) salientam que não há pesquisas consolidadas sobre povos indígenas e comunicação (ou etnomídia). Eric Terena (2022) ainda destaca a escassez de estudos que considerem as produções de mídia e comunicação dos povos indígenas sobre meio ambiente e as vulnerabilidades climáticas. Para o autor e comunicador indígena, os "saberes ocidentais, científicos, e os indígenas precisam estar correlacionados, uma vez que nada está nos extremos". Santos (2019: 222) sobre este diálogo, destaca que as discussões acadêmicas são lutas de baixa intensidade quando comparadas com aquelas como as que estão sendo aqui estudadas, que "mobilizam grupos sociais vítimas diretas de violência capitalista, colonialista e patriarcal". Perante a força de mobilização dessas lutas, a insuficiência do tema dentro da academia cria responsabilidade da mesma, de ir além, e se colocar como força de ampliação dessas narrativas.

Por fim, o quarto ponto é a consideração das redes e mídias sociais como plataformas e ferramentas produtoras de discursos. Abraçando a ecologia dos saberes e opondo-se à monocultura de conhecimento rigoroso, entende-se aqui que o conhecimento pode ser produzido além do campo formal da ciência, e que os conteúdos produzidos pelos movimentos nessas plataformas podem ser considerados sabedorias decoloniais e caracterizadas por bibliotecas anticoloniais, justamente por, independente do formato dessa produção, posicionarem-se contra o império cognitivo, registrando e criando um catálogo de suas noções e modos de vida e assumindo o controle escrito de suas narrativas.

#### O poder de narrar e o tomar do espaço digital

O poder de narrar ou de impedir outras narrativas é essencial para a colonização e para o imperialismo, na tentativa de legitimar a ideia de dominação de uma cultura sobre as outras (Said, 2011). As narrativas dominantes conectam cultura e imperialismo (ou colonização). A mídia hegemônica, também chamada de mídia tradicional, se torna uma ferramenta para isso quando conivente com este processo, uma vez que falha em suas narrativas em contemplar as perspectivas e pontos de vista das populações, sobretudo das populações tradicionais, quilombolas e indígenas, do outro lado da linha abissal (Santos, 2007), linha que separa o universo entre duas realidades e paralelos intangíveis, a de um conhecimento hegemômico, que se considera superior e por isso

único digno de credibilidade, e o outro lado da linha, julgado pelo primeiro como um espaço vazio de conhecimento, ou de saberes consideradaos impossíveis de serem relevantes ou compreensíveis. Para as culturas hegemônicas, "do outro lado não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas" (Santos, 2007: 5).

Nesta disputa (dentro e fora da mídia), os discursos são carregados de figuras retóricas que Said (2011) chama de Oriente misterioso, que no caso das populações indígenas e tradicionais são as representações dos povos de modo folclórico e estereotipados, com efeito lesivo, isolando esses povos como distantes e hostis. Said descreve a dificuldade cega do Ocidente em entender que os outros lugares do mundo possuem identidades, vidas, culturas e aspirações não totalmente controladas pelas normas e narrativas da modernidade ocidental. Para eles, esses lugares são considerados não dignos de história, de menção, ou mesmo de representações - um jogo que faz parte da estrutura e do projeto de dominação da modernidade. Esta regra se aplica aos territórios tradicionais no Brasil e às suas formas de comunicação. Há um silenciamento institucionalizado e isso também se reflete nas narrativas ambientais. Eric Terena (2022) expõem que a exclusão e o silenciamento sofridos pelos povos indígenas no âmbito da comunicação acontecem desde a colonização, com suas perspectivas ou representações já ausentes nas cartas dos portugueses que circulavam pelo mundo comunicando os primeiros encontros no novo continente, até os dias de hoje, com menos de 1% de comunicadores indígenas na imprensa nacional. Tal ausência, lembra Cusicanqui (2010: 13) é uma das evidências da situação colonial, o "não dito é o que mais significa; as palavras encobrem mais do que revelam, e a linguagem simbólica toma conta da cena".

Para Ijuim et al (2021) a ideologia eurocêntrica que implantou perspectivas cognitivas excludentes também está refletida na mídia e no modelo de jornalismo que tem suas bases no pensamento positivista. A visão colonizada que passa pela "grande fatia da sociedade" também estaria atrelada à maioria dos profissionais de imprensa no Brasil e consequentemente na práxis jornalística hegemônica. A criação e o uso das redes sociais da Mídia Índia, do Conaq e do MIQCB, ao tomar posse e demarcar os territórios digitais e difundir ali contra-narrativas, se opõem a esse processo de raciocínio. Com o uso dos espaços digitais e o diálogo aberto com um público mais amplo, as narrativas das organizações aqui estudadas procuram ultrapassar o distanciamento e desmistificar os estereótipos propagados pelo discurso Ocidental. Os

conteúdos criados são de alguma forma, para além de narrativas de emancipação, também narrativas de integração frente a essa exclusão (Said, *op. cit*). A existência de iniciativas de mídia como o Mídia Índia e Conaq, por exemplo, com múltiplos canais para produção e promoção de conteúdo feito por e para indígenas e quilombolas, com a formação e protagonismo de jovens comunicadores, ao recontarem a história por suas lentes, fortalecem identidades e descolonizam os processos vigentes culturais, comunicacionais e midiáticos.

Outra ponte que podemos tecer da experiência e do poder de narrar é a ligação com o conceito de escrivivência, de Conceição Evaristo (2017): o escrever e o enunciar sua própria narrativa como uma escolha ética. Terena (2022), por exemplo, realça no modo de narrar da Mídia Índia a importância e necessidade de pensar e fazer novas formas de comunicação que superem o método ocidental de falar pelo outro e escrever sobre o outro, e que tragam o comunicador indígena como membro ativo e participante da sociedade que está sendo impactada. Mayra Pereira, pesquisadora e comunicadora indígena, chama de "coletividade étnica" o desafio midiático no campo do jornalismo, por parte dos profissionais indígenas (2016 apud Ijuim et al. 2021). A contribuição da etnomídia pode ser justamente pensar um jornalismo com identidade, que consegue agregar o 'jornalismo de si mesmo' e ao mesmo tempo falar politicamente por um coletivo, sendo a comunicação digital, além de uma plataforma para discursos contra-hegemônicos, também uma ferramenta para construção e afirmação da memória desses povos. Ainda, sendo um meio de proteção ontológica, preservando e enaltecendo as culturas indígenas, quilombolas e tradicionais, sobretudo quanto aos seus entendimentos ambientais e telúricos.

## O "hackear" do sistema e o estabelecimento das contra-narrativas

É corrente, no Brasil, a negação da ideia de que as populações tradicionais, sobretudo as indígenas, tenham acesso e usem tecnologias consideradas ocidentais: carro, televisão, celular e, no caso da questão em análise deste artigo, tecnologias de informação e comunicação, entre outros. O uso desses itens ou recursos são vistos de modo preconceituoso ou condescendente, por conta da falsa ideia de estagnação cultural. Cusicanqui (2012) aponta essa linearidade do progresso como parte do projeto colonial e da Modernidade. Para a autora, colocar do indígena no lugar do quieto, estático, arcaico, residual, minoria e até mesmo no lugar de "origem" (em referência à denominação "povos originários") é negar as contemporaneidades dessas populações, o

que leva automaticamente à exclusão de suas lutas na modernidade e ao reforço do estereótipo de bom selvagem. Ela lembra que para o mundo indígena a história não é linear.

"O passado-futuro está contido no presente. A regressão ou progressão, a repetição ou superação do passado está em jogo em cada conjuntura e depende mais de nossos atos do que de nossas palavras. O projeto de modernidade indígena pode emergir do presente em uma espiral cujo movimento é uma retroalimentação contínua do passado para o futuro – um "princípio de esperança" ou "consciência antecipatória" – que ao mesmo tempo discerne e realiza a descolonização" (Cusicanqui, 2012: 96)

A ideia de modernidade indígena de Cussanqui (2012) pode ser considerada aqui a partir do momento que os movimentos indígenas, quilombolas e tradicionais se apropriam das ferramentas da modernidade, e das tecnologias de comunicação e informação, como parte desse processo de descolonização: "nós indígenas fomos e somos, acima de tudo, seres e pares contemporâneos, e nessa dimensão [aka pacha], realizamos e exibimos nosso próprio compromisso com a modernidade". A autora destaca a autonomia híbrida do entrar e sair da modernidade como uma possibilidade de autodeterminação política e, também, retomada de sua própria historicidade.

Santos (2019: 232) também teoriza sobre como, na verdade como forma de resistência dos povos do Sul Global, a cultura eurocêntrica imposta também "de modo gradual, parcial e irregular, foi sendo endogenizada por meio de diferentes formas de apropriação, empréstimo seletivo e criativo, hibridização etc. viabilizando-se uso contra-hegemónico de saberes ocidentalcêntricos". Nas redes sociais, vemos o mesmo contraste, com conceitos e ferramentas fagocitados pelos movimentos de formas estratégicas, sendo a própria escolha das plataformas como instrumento político um exemplo.

Eric Terena (2022) distingue que as escolhas dos movimentos pelas novas tecnologias de informação e comunicação são também uma forma de hackear o sistema para o enfrentamento do que está acontecendo nos territórios e para a sobrevivência dos seus povos. Cabe observar que esses movimentos têm pensado suas estratégias de comunicação, e usado as redes para dialogar e criar pressão em cima de eventos e momentos importantes de tomadas de decisão nacionais e internacionais, sobretudo no âmbito territorial e climático, e ao mesmo tempo pressionar a mídia hegemônica para a cobertura de pautas normalmente por ela ignoradas e invisibilizadas.

## Ontologias políticas e modos de representação da crise ecológica nos discursos digitais

Considerando o poder de narrar no espaço digital e o hackear do sistema hegemônico, intui-se demonstrar como, por meio dos discursos produzidos nas redes sociais e midiáticas das três organizações, é possível perceber que esse processo de descolonização cognitiva também se dá na representação da crise ecológica que vivemos. Veremos nas narrativas desses três movimentos, que resistem ao genocídio físico e epistemológico de seus povos, a existência de outra relação ontológica com a natureza e com as questões climáticas que não separam meio ambiente e humanidade em polos opostos e que se opõem à lógica de mercado e à objetificação e mercantilização dos bens naturais. Para analisar como essa outra ontologia ambiental e climática se revela na produção digital das organizações (considerando as redes mencionadas no início do texto: Instagram, Youtube, Facebook, Twitter e podcasts no Spotify) foi feito um recorte de pesquisa de 3 meses, de 1 outubro a 31 de dezembro de 2021,<sup>5</sup> em que posts escritos e audiovisuais, podcasts e imagens, foram analisado. Os links indiretos (indicados nos posts analisados dentro do recorte, mas com datas de publicação anteriores) também foram considerados.

Para esta análise, entendemos a resistência histórica dos povos colonizados contra a tentativa imperial da imposição de uma experiência planetária única (Said, op. cit.), fazendo um paralelo semelhante entre uma mídia internacional hegemônica de interpretação generalista e sem profundidade histórica sobre questões ambientais e a mídia indígena, quilombola e tradicional, com suas diferentes formas de narrar a memória ambiental e a experiência climática. O resultado da investigação traz sete interpelações comuns na produção de conteúdo dos três movimentos, que ajudam a fundamentar o reconhecimento dessas narrativas como processos de uma descolonização epistemológica da crise ambiental climática:

## A natureza não é vista como objeto a ser apropriado

As formas de conceber a sociedade e natureza são opostas às das epistemologias do Norte (Santos, 2019). Natureza e sociedade são interligadas, conectadas, interdependentes. Percebemos a luta por um modelo de oposição ao capital e às

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A decisão por tal recorte de tempo é o entendimento de que este poderia ser um momento de maior exposição da questão ambiental, pelo fato da 26ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, COP 26, ter acontecido entre o dia 1º e 12 de novembro de 2021.

consequentes apropriações e objetificações da terra e do meio ambiente. Há a existência de uma a ontologia relacional (Escobar, 2020) com a natureza, de existência associada, e que, por conjectura, transforma-se em uma mobilização política pelo meio ambiente, pela qualidade de vida de suas comunidades (com autonomia política e econômica) e pela luta ao direito de existir. Online, se engajam e se esforçam para compartilhar essa visão e resistência cosmológica (Ijum et al, 2021: 14). No que é chamado por esses movimentos de Bem Viver: territórios vivos, florestas vivas, comunidades vivas: não há um sem o outro.

"Nós, enquanto Amazônidas, acreditamos na necessidade de manter a Amazônia Viva para todes e defendemos o caminho democrático para a existência de nosso território e do nosso futuro" (CONAQ, 2021)<sup>6</sup>

"O MIQCB tem como missão organizar as quebradeiras de coco babaçu para que conheçam seus direitos, a fim de promover a autonomia política e econômica em defesa das palmeiras de babaçu, dos territórios, do meio ambiente e da luta pela melhoria de suas condições de vida e de suas famílias, com base no bem viver". (MIQCB, 2021)<sup>7</sup>

"Nós quebradeiras de coco orientamos nossas relações sociais pela reciprocidade. Cuidamos bem de nosso lugar, também como forma de cuidar bem do outro semelhante, cuidar bem da palmeira que tudo nos dá, cuidar bem de nós mesmas, de nossa história, de nossas crenças, de nossos saberes, cuidar bem da comunidade vizinha, que por sua vez cuida dos rios e águas por nós e assim estamos todas e tudo conectados". MICQB (2020)<sup>8</sup>

"Deus deixou babaçu no mundo pra população dele. As pessoas na nossa região não têm terra. Se o babaçu for privado, o que essas pessoas vão quebrar pra tirar seu sustento? Famílias sobrevivem do babaçu (...) Estão a cada hora matando uma palmeira, e isso é o mesmo que estar matando a sociedade. Quando mata-se uma palmeira, mata-se a mulher que vive dela" (Emília Alves, MIQCB, 2021)<sup>9</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 5 de outubro). Instagram. https://www.instagram.com/p/CUqe87RLxs9/, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Descrição institucional no site do MIQCB, na página "Sobre nós": <a href="https://www.miqcb.org/sobre-nos">https://www.miqcb.org/sobre-nos</a>,, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Manifesto contra o PL da grilagem, site do MIQCB: <a href="https://rb.gy/piwudx">https://rb.gy/piwudx</a>, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> MIQCB [miqcb\_]. (2021, 29 de outubro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CVnr1f4J0Ew/">https://www.instagram.com/p/CVnr1f4J0Ew/</a>, consultado a 12.07.2022.

"Para nós povos indígenas a preservação de nossas reservas, sobretudo o meio ambiente, são a esperança do SER em todos os aspectos, sejam eles físicos ou espirituais" (Lídia Guajajara, Mídia Índia, 2021)<sup>10</sup>

"Lutamos contra as cercas eletrificadas, o uso de agrotóxicos, a hegemonia de empresários e latifundiários que aumentam a destruição e a ocupação ilegal de grandes áreas públicas ou devolutas, violências físicas e psicológicas, além de ações predatórias dos poderes políticos e econômicos que nos impedem de realizar o manejo do coco babaçu e demais saberes inerentes aos nossos modos de vida tradicionais" (MICQB, 2022)<sup>11</sup>

"Temos outra visão de território, desenvolvimento e economia, que estamos construindo ao longo do tempo, articulando o uso sustentável da floresta e o livre uso da biodiversidade. Faz se necessário um conjunto de políticas públicas que permitam o reconhecimento e valorização dessas práticas tradicionais, baseadas na convivência entre produção e preservação ambiental" (Carta de Belém, assinada e divulgada pela CONAQ, 2021)<sup>12</sup>

# Reconhecimento e direito territorial fazem parte da leitura ambiental e climática

Em *Cultura e Imperialismo* (2011), Said descreve como o principal objeto de disputa do imperialismo e da colonização sempre foi a terra, e como as decisões sobre quem a possuía e quem decidia o seu futuro foram pensadas, discutidas e decididas nas narrativas. Hoje, em um momento de fragilidade legislativa no Brasil no âmbito ambiental e de direitos indígenas, com projetos de lei que visam regulamentar e aumentar a extração em terra indígena e projetos de lei que querem rever terras demarcadas, a existência de iniciativas de comunicação como o Mídia Índia, Conaq e MIQCB, com suas propostas de serem um espaço de divulgação das narrativas indígenas, quilombolas e das quebradeiras, simboliza a resistência a esse processo.

Santos lembra que descolonização não está relacionada apenas com independência política, é também um processo histórico de recuperação ontológica, de reconhecimento dos conhecimentos e de uma reconstrução da humanidade (Santos, 2019: 190). As organizações lutam pelos seus modos de viver, e assim, a significação

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Mídia Índia [midiaindiaoficial]. (2021, 2 de novembro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CVyij7nLipT/">https://www.instagram.com/p/CVyij7nLipT/</a>, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> MIQCB [miqcb\_]. (2021, 25 de outubro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CVdo6HLJAZe/">https://www.instagram.com/p/CVdo6HLJAZe/</a>, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 18 de outubro). Instagram.https://www.instagram.com/p/CVL1EHwvR1M/, consultado a 12.07.2022.

que dão ao meio ambiente, é além de teórica. Suas lutas implicam em um rompimento radical, pois acontece na prática. Querem o direito à terra, para ter o direito de relação com a mesma, como parte de suas identidades. Ainda, são claros sobre o fato de que qualquer negociação ou caminho para solução da crise climática dever passar pela questão do território:

"Isso tudo sem levar em conta que soluções efetivas para redução das emissões dos gases de efeito estufa residem na demarcação de terras indígenas e quilombolas e na defesa das terras coletivas e dos direitos territoriais, bem como no fortalecimento de iniciativas agroecológicas, que contribuem para a conservação da sociobiodiversidade, encurtamento dos circuitos de comercialização e a soberania alimentar" (CONAQ, 2021)<sup>13</sup>

"Titular as terras quilombolas é desmatamento zero. O governo do Brasil tem violado leis e códigos ambientais e o resultado tem sido o aumento do desmatamento das florestas. As comunidades quilombolas têm sofrido os impactos do desmatamento e das atividades criminosas da mineração legal e ilegal" (CONAQ, 2021).<sup>14</sup>

"Entre os objetivos do MIQCB, destacam-se alcançar grandes conquistas na defesa das florestas de babaçu (como a Lei do Babaçu Livre nas três esferas governamentais) e garantir territórios tradicionais por meio de reservas extrativistas, criadas e implementadas, bem como territórios quilombolas demarcados" (MIQCB, 2022)<sup>15</sup>

"Nós, os povos indígenas da Amazônia brasileira, observamos há muito tempo as mudanças climáticas e seus efeitos em razão de mantermos uma relação ancestral com a Mãe Terra. Pois é dela que vem todo o nosso sustento e as explicações para os fenômenos que afetam a vida de todos os seres vivos e cosmológicos. A crise climática está diretamente relacionada à ganância sobre as terras indígenas, aliada à erosão jurídica dos direitos indígenas e ambientais que está em trâmite no Brasil". (Mídia índia, Carta de Tarumâ, declaração dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira frente à crise climática, 2021)<sup>16</sup>

"Já sentimos as mudanças do clima em nossas comunidades. Somos os protetores da Floresta, e sabemos quais são as prioridades e urgências para impedir a sua destruição.

Instagram.https://www.instagram.com/p/CWG9n\_wvch9/, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 18 de outubro). Instagram. https://www.instagram.com/p/CVL1EHwvR1M/, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 10 de novembro).

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Descrição institucional no site do MIQCB, na página "Sobre nós": <a href="https://www.miqcb.org/sobre-nos">https://www.miqcb.org/sobre-nos</a>, acessado 12 de julho de 2022.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Mídia Índia [midiaindiaoficial]. (2021, 29 de outubro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CVoU86tPWMh/">https://www.instagram.com/p/CVoU86tPWMh/</a>, consultado a 12.07.2022.

Queremos a demarcação e a proteção das nossas terras ancestrais, bem como a retirada dos invasores, madeireiros, garimpeiros e fazendeiros que nos ameaçam constantemente. Não permitiremos mais perseguições aos defensores dos nossos territórios, não permitiremos mais genocídios" (Mídia Índia, 2021)<sup>17</sup>

"O desafio central para o enfrentamento do desmatamento na Amazônia e em outros biomas do país é a solução dos graves problemas fundiários, que estão na raiz dos conflitos socioambientais. O desmatamento - resultante do avanço das monoculturas, das políticas que favorecem o agronegócio e um modelo de desenvolvimento voltado à exploração predatória e exportação de recursos naturais - só será evitado com a resolução da questão fundiária, a partir de uma Reforma Agrária e de um reordenamento territorial em bases sustentáveis, e do reconhecimento jurídico dos territórios dos povos e comunidades tradicionais e povos originários" (Carta de Belém, assinada e divulgada pela CONAQ, 2021)<sup>18</sup>

#### Denúncia da colonialidade dos discursos ambientais hegemônicos

Observa-se o reconhecimento da relação da colonização e da manutenção de poderes globais entre Norte e Sul com a crise ambiental. Cusicanqui (2010: 10) expõem como a colonização criou formas retóricas de comunicação, com duplos sentidos, significados tácitos "que escondem uma série de pressupostos e orientam práticas, mas ao mesmo tempo divorciam a ação da palavra pública". Essas convenções são ordem do dia no discurso ambiental globalizado, que não questionam as estruturas de poderes e generalizam as responsabilidades da crise climática, ao invés de dar nome aos verdadeiros atores responsáveis. Ou, ainda, propõem novas soluções verdes, que funcionam às custas da exploração dos territórios do Sul, para manter e aumentar os privilégios energéticos do Norte Global (Hickel e Slamersak, 2022). As três organizações vão no sentido contrário. São explícitas e não coniventes com os problemas enfrentados, usando suas plataformas para denúncias dessas incongruências, sejam aquelas presentes na mídia ou aquelas oriundas dos espaços de negociação ambiental:

"As propostas de REDD em debate não diferenciam florestas nativas de monoculturas extensivas de árvores, e permitem aos atores econômicos – que historicamente destruíram os ecossistemas e expulsaram as populações que vivem neles – encontrarem nos mecanismos de valorização da floresta em pé maneiras de continuar com e

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Mídia Índia [midiaindiaoficial]. (2021, 29 de outubro). Instagram. https://www.instagram.com/p/CV5n7Gf194M/, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 18 de outubro). Instagram. https://www.instagram.com/p/CVL1EHwvR1M/, consultado a 12.07.2022.

fortalecer seu poder econômico e político em detrimento dessas populações" (Carta de Belém, assinada e divulgada pela CONAQ, 2021)<sup>19</sup>

"Jovens quilombolas do território Igarapé-Preto, Pará, registram em podcast a história do Samba de Cacete, manifestação cultural que estampa a luta e a resistência secular do povo quilombola na Amazônia: A construção deste projeto se deu a partir da reflexão sobre como nossos mestres e mestras negros/as e quilombolas, no coração da Amazônia, são invisibilizados e desvalorizados ao longo de suas jornadas, mesmo com suas vidas inteiras dedicadas ao fazer da cultura, tem suas vozes abafada pelo projeto colonial que supervaloriza as manifestações culturais eurocêntricas e apaga as manifestações afrobrasileiras e quilombolas."(CONAQ, 2021)<sup>20</sup>



Figura 1: Post acima, da CONAQ, ilustra post com imagem referenciando à Gayatri Spivak: 'Pode um/a mestre/a de samba do cacete falar?'

"Corremos o risco que os países industrializados não reduzam drasticamente suas emissões pela queima de combustíveis fósseis e mantenham um modelo de produção e de consumo insustentáveis. Precisamos de acordos que obriguem os países do Norte a reconhecerem a sua dívida climática e a se comprometerem com a reparação da mesma" (Carta de Belém, assinada e divulgada pela CONAQ, 2021)<sup>21</sup>

"Suspeitamos que muitos desses recursos serão distribuídos por meio de mecanismos tradicionais de financiamento climático, que têm demonstrado grandes limitações para atingir nossos territórios e apoiar nossas iniciativas. Embora milhões de dólares já

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 18 de outubro). Instagram. https://www.instagram.com/p/CVL1EHwvR1M/, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 7 de outubro). Instagram. https://www.instagram.com/p/CUvNxvJPAO7/, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 18 de outubro). Instagram. https://www.instagram.com/p/CVL1EHwvR1M/, consultado a 12.07.2022.

tenham sido investidos para proteger as florestas e deter o desmatamento, os resultados são mínimos, pois os governos não estão presentes em nossos territórios e, consequentemente, têm dificuldade de administrar os recursos e implementar políticas de longo prazo que protejam os recursos naturais (...) A burocracia beneficia um grande número de intermediários, que são os primeiros destinatários dos fundos climáticos e cujos altos custos reduzem a porcentagem efetivamente investida nos territórios" (Trecho da carta Aliança Global de Comunidades Territoriais divulgada pela Mídia Índia)<sup>22</sup>

"Como efeito colateral da grande visibilidade que a luta dos Povos Indígenas do Brasil alcançou durante a COP26, foram registrados diversos casos de violências contra lideranças indígenas nos últimos dias. Essa escalada de ataques online e físicos, com casas e aldeias invadidas, prisões arbitrárias, tem um objetivo nítido: tentar silenciar a luta dos Povos Indígenas. Sabemos que essa reação é orquestrada com incentivo de Jair Bolsonaro, presidente que insiste em mentir e atacar os Povos Indígenas quase diariamente" (Mídia Índia)<sup>23</sup>

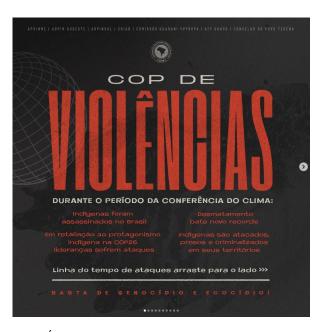


Figura 2: Post acima, da Mídia Índia, ilustra texto com um *reels* (série de imagens) sobre a relação da COP e da violência sofrida pelos povos indígenas. A primeira imagem tem o título "COP de Violências" e as seguintes enumeram a escalada de violências sofridas pelos povos indígenas durante o período da conferência

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Mídia Índia [midiaindiaoficial]. (2021, 3 de novembro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CV5n7GfI94M/https://www.instagram.com/p/CVy9Q23oOMs/">https://www.instagram.com/p/CV5n7GfI94M/https://www.instagram.com/p/CVy9Q23oOMs/</a>, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Mídia Índia [midiaindiaoficial]. (2021, 27 de novembro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CWywwonPT9F/">https://www.instagram.com/p/CWywwonPT9F/</a>, consultado a 12.07.2022.

#### Denúncia do modelo extrativista e seus atores

Outro modelo de denúncia das redes é relacionado à perniciosidade do modelo extrativista na prática, com nomeação direta dos infratores, e apelo por ação das autoridades responsáveis. A CONAQ, por exemplo, denuncia a Agência Nacional de Mineração por invasão de territórios quilombolas no município de Conceição da Barra, no Espírito Santo, expondo a prática comum de comunidades não serem consultadas para projetos, e pedindo explicações dos órgãos responsáveis.<sup>24</sup> Também denunciam a Petrobrás por ter enganado uma comunidade no Território Sapê do Norte, em Espírito Santo, durante a instalação dos poços de petróleo em território quilombola, feita sem consulta prévia, livre e informada. O descaso do pagamento de royalty também foi apontado.<sup>25</sup> O MIQCB denunciou, por exemplo, uma ação de violência no campo nos territórios tradicionais do Povo Akroá Gamella, da Terra Indígena (TI) Taquaritiua, e também território de quebradeiras, no Maranhão, por parte de uma empresa de energia elétrica.<sup>26</sup> O Mídia Índia continuadamente expõe violadores ambientais, tentando produzir conteúdos que ajudem o público mais amplo entender questões complexas relacionadas a essas violações. Expõem, por exemplo, o desvio de função do INCRA para lucrar com garimpo na Amazônia, 27 e a tentativa de aprovação de um Projeto de Lei nacional que permitiria a caça esportiva no Brasil.<sup>28</sup>

#### <u>Interconhecimento e multiculturalismo contra-hegemônico:</u>

Garavíto e Díaz (2015: 102-103) argumentam sobre as armadilhas do multiculturalismo hegemônico, que procura "transformar conflitos sobre as desigualdades raciais em uma celebração da diversidade cultural", ao invés de endereçar a origem dessa desigualdade. O mesmo se aplica ao adicionarmos a camada ambiental: projetos de sustentabilidade são pensados para o país sem integrar a visão das populações mais afetadas, e sem questionar o modelo que dá origem e perpetua tal degradação. Individualizam-se questões coletivas e centram os argumentos nos aspectos econômicos. Ainda, há uma tentativa (explícita ou em forma de silenciamento) de

https://www.instagram.com/p/CVgY-wqv3Ye/, consultado a 12.07.2022.

https://www.instagram.com/p/CV04jcWvIVD/, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 26 de outubro). Instagram.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 3 de novembro). Instagram.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> MIQCB [miqcb\_]. (2021, 19 de novembro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CWcDLvXpnB0/">https://www.instagram.com/p/CWcDLvXpnB0/</a>, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Mídia Índia [midiaindiaoficial]. (2021, 27 de novembro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CXeh4vQvaYA/">https://www.instagram.com/p/CXeh4vQvaYA/</a>, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Mídia Índia [midiaindiaoficial]. (2021, 27 de novembro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CXeL6KELsTL/">https://www.instagram.com/p/CXeL6KELsTL/</a>, consultado a 12.07.2022.

isolamento e fragmentação das causas, das demandas e, fisicamente, dos territórios, para o enfraquecimento de qualquer coletividade. Os movimentos, no entanto, mostram-se cientes desse processo, e promovem o interconhecimento como forma de um multiculturalismo contra-hegemônico. Vemos nas narrativas analisadas evidências da interconexão e das diversidades cognitiva e ontológica valorizada pelas Epistemologias do Sul. Favorecem leituras multiculturais de suas demandas e entendem que a troca de conhecimento entre diferentes povos e comunidades faz parte da luta pelos direitos territoriais e contra o modelo dominante de exploração da natureza. Os movimentos quilombolas, indígenas e de populações tradicionais como a das quebradeiras estão em constante articulação, referenciando-se, assinando conjuntamente documentos e abaixa-assinados, co-liderando eventos e manifestações, e evidenciando leis e mecanismos, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que protegem seus direitos coletivos.

"Não há como debater e tomar decisões sobre clima sem ouvir e considerar as realidades e propostas dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, moradores das periferias urbanas, negros, negras e ainda dos países do Sul Global, que são as populações mais atingidas pelas mudanças climáticas. Não se pode avançar sem falar de justiça climática e transição justa!" (Mídia Índia, 2021)<sup>31</sup>

#### *Ações antipatriarcais e antirracistas:*

Para Santos (2019), a ação descolonizadora consistente e eficaz tem pensamento e a ação igualmente anticapitalistas e antipatriarcais, uma vez que colonialismo no seu sentido mais amplo é construído de um lado pelo modelo eurocêntrico de privação ontológica e, por outro, pelo patriarcado. Não há dúvidas que os três movimentos entendem essa conexão, sobretudo para o MIQCB, que pode ser enxergada como organização de bases ecofeministas. Tal conexão é também estendida para as formas de dominação racial, expondo, como sugere Grosfoguel (2018), o racismo como princípio organizador que estrutura as relações sociais do sistema-mundo, sobretudo as relações de dominação da sociedade moderna. É possível perceber nos discursos dos materiais divulgados, de um lado, um discernimento claro sobre como as mulheres e os seres

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 15 de outubro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CUs9giDPbHN/">https://www.instagram.com/p/CUs9giDPbHN/</a>, , consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> MIQCB faz referência a Convenção 169 e ao Decreto nacional 6.040/2007 para celebrar a primeira comunidade de Quebradeira de Coco titulada como tal, equiparando os direitos territoriais das quebradeiras aos de quilombolas e indígenas: <a href="https://rb.gy/gygnzo">https://rb.gy/gygnzo</a>, acessado em 14 de julho de 2022.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> MIQCB [miqcb\_]. (2021, 7 de novembro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CV\_G3D6IGyE/">https://www.instagram.com/p/CV\_G3D6IGyE/</a>, consultado a 12.07.2022.

racializados são os mais afetados pelo extrativismo, e do outro, a exposição da urgente necessidade que seus conhecimentos e modos de vida sejam reconhecidos e valorizados na luta climática:

"O aquecimento global é a febre de uma doença que dura mais de 500 anos em nossos territórios. Em tempos de pandemia, ecocídio e genocídio, as mulheres indígenas curam o corpo, o território e o espírito, somos soluções vivas para a crise climática" (Mídia Índia, 2021)<sup>32</sup>

"O colapso climático é racista e consequência de uma sociedade que produz desigualdades de forma sistêmica e proposital. Uma sociedade consumista, que precisa responsabilizar os verdadeiros culpados pelo agravamento da emergência climática". (CONAQ, 2021)<sup>33</sup>

"O racismo ambiental afeta e viola os direitos daqueles que menos contribuíram para a crise climática e humanitária!" (CONAQ, 2021)<sup>34</sup>

"Mulheres negras, mulheres de terreiro, mulheres do campo, das águas e das florestas são as que enfrentam as condições mais desiguais para se manterem em todas as atividades, inclusive na política institucional e partidária e, ao mesmo tempo, são as que sustentam e cuidam cotidianamente esse país". (MICQB, 2022)<sup>35</sup>

"Precisamos redescobrir que somos capazes de enfrentar a violência e mais importante é nossa luta pela mudança da cultura patriarcal, racista e capitalista neoliberal com foco na educação popular (...) Outra violência nem sempre percebida como tal é a praticada diretamente pelo Estado que viola direitos territoriais e compromete a reprodução e modos de vidas das mulheres ao implementar projetos e gerar concessões para setores do agronegócio, mineração, expansão de rodovias e portos, mudanças nas legislações ambientais" (MICQB, 2021,)<sup>36</sup>

#### Demarcação da presença nos espaços de negociação climática

As redes sociais dos movimentos, sobretudo CONAQ e Mídia Índia, também priorizam mostrar fotos da participação de membros de suas comunidades "ocupando"

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Mídia Índia [midiaindiaoficial]. (2021, 9 de novembro). Instagram.: https://www.instagram.com/p/CWCN6CsIaN3/, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 22 de outubro). Instagram. https://www.instagram.com/p/CVVSMW3LJGb/, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 10 de novembro). Instagram. https://www.instagram.com/p/CWG7APEPkNz/, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Site do MIQCB, Nota de solidariedade, acessado 12 de julho de 2022. https://rb.gy/gygnzo.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Site do MIQCB, Movimentos populares realizam Ato Contra a Violência às Mulheres, acessado 12 de julho. <a href="https://rb.gy/f60ug8">https://rb.gy/f60ug8</a>

espaços como palestras e conferências nacionais e internacionais, como, por exemplo, os eventos ambientais. Cusicanqui (2010: 19) chama de sociologia da imagem o modo como as culturas visuais contribuem para a compreensão do social e se desenvolvem com trajetórias próprias, atualizando os inconscientes do mundo social. No mundo após a explosão das redes sociais, esse processo se acentua, e as organizações também se usam dele para a construção de suas narrativas contra-hegemônicas. Marcar e reforçar a presença dos movimentos em tais eventos é uma simbologia de um alcance planetário, de sair do local de suas circunscrições para ocupar espaços internacionais. É um modo de amplificar as vozes de suas lideranças, em um contexto de alargamento de esferas de enunciação, que tem-se mostrado efetivo para ajudar e aumentar a incidência política dos movimentos, e que vem garantindo espaços de consultas em tratativas nacionais e internacionais, inclusive no âmbito das negociações climáticas:

"Não há solução para crise climática sem nós: Moldamos e protegemos nossos biomas ao preço do sangue de milhões de parentes. O genocídio dos povos originários, a perseguição aos defensores dos territórios e a captura ilegal de nossas terras, é o maior e mais disseminado crime que a humanidade produziu ao longo de sua história. Este é um crime continuado e presente, o qual denunciamos em todas as instâncias que ocupamos" (Mídia Índia, 2021)<sup>37</sup>

"COP INDÍGENA | Esta foi a Convenção do Clima com maior participação indígena da história! A Apib levou uma delegação de 40 lideranças para Glasgow, para afirmar o papel fundamental que os Povos Indígenas desempenham como guardiões das florestas e portadores de soluções climáticas baseadas em seu conhecimento ancestral e em seus territórios. A voz destas 40 lideranças carregava mensagens urgentes, dos mais de 305 Povos Indígenas: terra indígena é reserva de futuro, por isso, deve ser protegida com demarcação já!" (Mídia Índia, 2021)<sup>38</sup>

"A poucos dias do início da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), devemos fazer as perguntas que vão nos ajudar a conduzir nossa ação: Qual é o modelo de desenvolvimento que queremos para os próximos anos? Vamos denunciar o racismo ambiental? O colapso climático é racista e consequência de uma sociedade que produz desigualdades de forma sistêmica e proposital. Uma sociedade consumista, que precisa responsabilizar os verdadeiros culpados pelo agravamento da emergência climática. Que a sociedade presente na COP perceba a urgência do combate ao racismo ambiental, voltando aos países com propostas que

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Mídia Índia [midiaindiaoficial]. (2021, 10 de novembro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CWGfw\_kIJVB/">https://www.instagram.com/p/CWGfw\_kIJVB/</a>, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Mídia Índia [midiaindiaoficial]. (2021, 27 de novembro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CWydTBvPB5j/">https://www.instagram.com/p/CWydTBvPB5j/</a>, consultado a 12.07.2022.

avancem efetivamente na direção de um futuro com mudanças prósperas e menos mortes evitáveis. O movimento negro estará lá com este propósito" (CONAQ, 2021)<sup>39</sup>

"A Coalizão Negra por Direitos, junto da @conaquilombos, está na Europa onde se uniu aos movimentos socioambientais de todo mundo pelo Dia de Ação Global pela Justiça Climática. (...) É a população negra, quilombola e periférica, levando sua voz para o mundo para dizer como pode contribuir para salvar o planeta" (CONAQ, 2021)<sup>40</sup>

## Biblioteca ambiental pós-abissal

O uso e os formatos das plataformas de comunicação digitais mudam em frações cada vez mais curtas de tempo. Oposto aos lugares de estagnação aos quais são taxados, os movimentos indígenas, quilombolas e tradicionais estão não somente acompanhando essa mudança, mas se apropriando das novas tecnologias, e as reinventando, para tomar a palavra e narrar suas historicidades e contemporaneidades. O processo é de constante subversão ao discurso dominante, imposto pela Modernidade e pelas continuações do pensamento colonial. Como vimos por meio da análise das interpelações comuns aos três movimentos, esse processo de descolonização cognitiva ganha ainda mais força nas narrativas ambientais e climáticas, com extensa criação de conteúdos que fortalecem seus modos de representação das questões relacionadas ao clima e à terra.

Cabe à Academia romper com a lógica abissal para uma melhor compreensão dos temas ambientais, e olhar para esse conteúdo como um vasto catálogo de conhecimentos e como uma potente biblioteca anticolonial. Combater a acentuada mudança do clima, aprendendo com eles e servindo, como sugere Santos (*apud* Neves, 2012), como intelectuais de retaguarda, para amplificação dessas narrativas que por séculos foram silenciadas. Potencialmente, ao tirar as camadas de silenciamento e ao romper com as retóricas de comunicação, destacada por Cusicanqui (op. cit), de duplos sentidos e de significados tácitos da colonização, que mais desinformam que informam, os comunicadores desses movimentos podem estar liderando a sociedade brasileira para um melhor e mais complexo entendimento da atual crise ecológica e planetária que estamos atravessando.

<sup>40</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 10 de novembro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CWG7APEPkNz/">https://www.instagram.com/p/CWG7APEPkNz/</a>, consultado a 12.07.2022.

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> Conaq [conaquilombos]. (2021, 22 de outubro). Instagram. <a href="https://www.instagram.com/p/CVVSMW3LJGb">https://www.instagram.com/p/CVVSMW3LJGb</a>, consultado a 12.07.2022.

#### Referências bibliográficas

Conaq (2022), "Nossa História". Acessado em 10 de julho de 2022, em <a href="http://conaq.org.br/nossa-historia/">http://conaq.org.br/nossa-historia/</a>

Cusicanqui, Silvia Rivera (2010). *Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.* Buenos Aires: Tinta.

Cusicanqui, Silvia Rivera (2012); "Ch'ixinakax utxiwa: A Reflection on the Practices and Discourses of Decolonization". *South Atlantic Quarterly*: 95–109.

Escobar, Arturo (2020), "Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur", in Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (org.), *Conocimientos nacidos en las luchas – construyendo las epistemologías del sur*. Madrid: Akal, 165-185.

Evaristo, Conceição (2017). Becos da Memória. Rio de Janeiro: Pallas.

Garavito, César R., Díaz. Carlos Andrés B (2015). *Reconocimiento con redistribución:* El derecho y la justicia étnico-racial en América Latina. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, Colección Dejusticia.

Grosfoguel, Ramón (2018). "Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada". In: Bernardino-Costa, Joase; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón (org.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 55-77

Hickel, Jason; Aljosa Slamersak (2022) "Existing climate mitigation scenarios perpetuate colonial inequalities". *Lancet Planet Health*, 6(7): 628-631.

Ijuim, Jorge Kanehide et al. (2021). "Mídia Índia: porquê decolonizar a práxis jornalística". *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação* - 44° Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Neves, Jóse Manuel V. (2012). Entrevista a Boaventura Sousa Santos - Intelectual de Retaguarda. *Análise Social*, *XLVII*(204): 685-711.

Said, Edward W. (2011), *Cultura e imperialismo:* Companhia de Bolso, São Paulo. Tradução de Denise Bottmann.

Santos, Boaventura de Sousa (2003). "Poderá o direito ser emancipatório?". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.

Santos, Boaventura de Sousa (2007). "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Santos, Boaventura de Sousa (2018), "The End of the Cognitive Empire: The Coming of Age of Epistemologies of the South", Durham and London: Duke University Press.

Terena, Eric (2022). Communicating Climate: Education and Outreach Strategies [Video]. Youtube, *Pulitzer Center*. <a href="https://www.youtube.com/watch?v=p76aDjFHLpA">https://www.youtube.com/watch?v=p76aDjFHLpA</a>